

A linguística brasileira e a influência de línguas africanas no português do Brasil

Brazilian linguistics and the influence of African languages in Brazilian Portuguese

Samantha de Moura MARANHÃO (UFPI)
samantha.ufpi@gmail.com

MARANHÃO, Samantha de Moura. A linguística brasileira e a influência de línguas africanas no português do Brasil. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 568-590, ago./dez. 2017.

Resumo: Este artigo trata da evolução do pensamento da Linguística acerca do papel de línguas africanas na configuração da variedade brasileira da língua portuguesa. Analisa duas fases, dos anos 1950 a 1980 (SILVA NETO, 1986; SILVA NETO, 1988; CÂMARA JR., 1976) e desde os anos 1990, com a retomada dos estudos históricos e a ênfase dada ao português brasileiro como objeto de investigação (LUCCHESI, 2000; LUCCHESI, BAXTER, RIBEIRO, 2009; PESSOA DE CASTRO, 2009; PETTER, 2009). Concluiu-se que há posicionamentos distintos, conforme avançam as pesquisas sobre o português americano, cada vez mais destituídas de preconceito linguístico-cultural, ficando patente a maior percepção desta influência, nos últimos 30 anos, com a coleta de dados em áreas do português popular brasileiro e a sua reinterpretação, à luz da teoria do contato intercomunitário, com os fenômenos de interferência estendendo-se à gramática, quando, em um primeiro momento, acreditava-se restringir-se ao léxico.

Palavras-chave: Linguística. Português brasileiro. Africanismos.

Abstract: This paper aims to analyze the awareness of Brazilian Linguistics concerning the role played by African languages in Brazilian Portuguese. It analyzes two phases, the first one dating back from the 50's to the 80's (SILVA NETO, 1986; SILVA NETO, 1988; CÂMARA JR., 1976) and the second one starting from the 90's, with the revival of historical studies in Brazil, as well as the emphasis then given to Brazilian Portuguese as a research object (LUCCHESI, 2000; LUCCHESI, BAXTER, RIBEIRO, 2009; PESSOA DE CASTRO, 2009; PETTER, 2009). We concluded that there are two different views, as researches on South American Portuguese, carried on without any kind of either linguistic or cultural prejudice in the past 30 years, showed this interference more clearly, with data often collected in Popular Brazilian Portuguese areas interpreted under theories such as that of intercommunitary contact. Now it's well known this interference is not only restricted to lexical borrowings as once thought, but also extended to grammar (Morphology and Syntax).

Palavras-chave: Linguistics. Brazilian Portuguese. Africanisms.

Introdução

Este estudo sobre a participação de línguas africanas na constituição do português do Brasil tem por objetivo descrever a evolução das ideias linguísticas acerca do papel de línguas da África no processo de aclimação do idioma português às necessidades comunicativas dos seus falantes no Brasil, como resultado da sócio-história de uma comunidade de fala pluriétnica e multilíngue.

A questão que o norteia é “Que papel é atribuído ao superstrato africano na configuração do português brasileiro, em diferentes momentos dos estudos linguísticos no Brasil?”. A hipótese testada é a de que a percepção da interferência de línguas africanas na variedade americana da língua portuguesa aumenta quando esta última se torna foco das pesquisas linguísticas, despojadas de preconceitos sócio-culturais, a partir da década de 1990.

Resulta, portanto, este texto de pesquisa bibliográfica pautada em autores clássicos da Linguística Brasileira (SILVA NETO, 1986; SILVA NETO, 1988; CÂMARA JR., 1976) e em pesquisas mais recentes (LUCCHESI, 2000; LUCCHESI, BAXTER, RIBEIRO, 2009; PESSOA DE CASTRO, 2009; PETTER, 2009), bem como contribuições nossas sobre a herança lexical oeste-africana à língua oficial do Brasil (SOUSA e MARANHÃO, 2016; MARANHÃO, 2015; MARANHÃO 2013).

O monolinguismo no Brasil: um mito insustentável

Desde os primórdios do século XVII são introduzidas no Brasil línguas africanas (CÂMARA JR., 1976, p. 28), pertencentes, segundo

Pessoa de Castro (2009, p. 179), a duas famílias linguísticas: **1. a família níger-congolesa**, subdividida nos grupos 1.1. banto (língua congo-angola) e 1.2. oeste-africano (1.2.1. línguas kwa, como o ewe-fon ou mina-jeje, o nagô-iorubá e o tapa-nupe; 1.2.2. a língua atlântico ocidental, fulani e 1.2.3. a língua gur ou voltaica, chamada grunce) e **2. a família afro-asiática** (aqui representada pelo hauçá).

Segundo Bonvini (2009, p. 46), a duração do tráfico escravo para o Brasil, que se estendeu oficialmente até 1878, concorreu para o plurilinguismo africano no país, atestado por diversos documentos, conforme ilustram os citados a seguir.

1. *A Arte da Língua de Angola*, a mais antiga descrição de uma língua banto (o quimbundo), escrita pelo jesuíta Pedro Dias em Salvador e publicada em Lisboa em 1697, tinha por objetivo facilitar o trabalho de catequese levado a cabo junto aos africanos, que, segundo Antônio Vieira, somavam 25 mil almas, à época, na Cidade da Bahia (PESSOA DE CASTRO, 2009, p. 175-176). Entretanto, é provável que Pedro Dias tenha aprendido o quimbundo ao entrar para a Companhia de Jesus, no Rio Janeiro, cujos colégios jesuítas dispunham de escravos com os quais poderia tê-lo aprendido e praticado. De qualquer modo, interessa-nos o fato de se falar quimbundo no Brasil, e, com efeito, em mais de uma região (BONVINI, 2009, p. 34, 35). De acordo com Bonvini (2009, p. 38), o quimbundo que a gramática de Pedro Dias registra não é uma língua de intercurso, mas “(...) *uma língua em sua integralidade, próxima da que é falada atualmente em Angola. Não se trata, de maneira nenhuma, de um pidgin ou de uma língua mista.*”

2. A obra *Língua Geral da Mina* (de base ewe-fon), escrita por Antônio da Costa Peixoto, em Vila Rica, entre 1731 e 1741, tinha o escuso propósito de coibir atentados contra os senhores de escravos e a ordem pública, ao permitir a compreensão da língua da escravaria. Esta obra constitui o mais importante documento linguístico do Brasil escravagista (PESSOA DE CASTRO, 2009, p. 176-177). As cidades de Vila Rica, Vila do Carmo, Sabará e Rio dos Montes concentraram, juntas, cerca de 100 mil escravos, anualmente, os quais, originários, em geral, do oeste-africano, da região compreendida entre Gana e a Nigéria, foram renovados por 40 ou 50 anos. Antônio da Costa Peixoto sabia que a língua por ele descrita não era língua materna dos seus falantes, de onde a sua caracterização enquanto língua geral (BONVINI, 2009, p. 39, 40).

3. Nina Rodrigues realizou um levantamento etnográfico e linguístico dos africanos que viviam em Salvador no final do século XIX, época em que a população escrava se reduzia na cidade. Os dados linguísticos, levantados diretamente em entrevista com informantes ou colhidos em documentos escritos, são de seis línguas então de uso corrente entre os

africanos: iorubá (nagô), ewe (jeje), hauçá, canúri (dos escravos bornus), tapa (nupê), grunçe (BONVINI, 2009, p. 47). Aponta, para o iorubá, a *língua da Costa*, a função de língua geral da Bahia. De acordo com Nina Rodrigues, “*A língua nagô é, de fato, muito falada na Bahia, seja por quase todos os velhos africanos das diferentes nacionalidades, seja por grande número de mulatos.*” (RODRIGUES *apud* BONVINI, 2009, p. 48). Dessas línguas, documenta um quadro contrastivo de cerca de 122 palavras.

Observe-se que muitos oeste-africanos professavam o islamismo e eram, em menor ou maior grau, linguisticamente arabizados, de modo que vão inaugurar uma fonte de ingresso de arabismos na língua portuguesa, a chamada “via brasileira” (VARGENS, 2007, p. 35), uma vez que as línguas oeste-africanas eram ricas em empréstimos árabes.

Ferretti (1988, p. 76) aborda a participação de africanos a serviço de estrangeiros, notadamente britânicos, na Revolta dos Malês de 1835. Dos 160 escravos inculcados nos processos que seguiram à revolta, 31,25% trabalhavam para estrangeiros, 90% dos quais tinham donos britânicos. De acordo com Ferretti (1988, p. 76), muitos desses escravos seriam “*professores que ensinavam a ler o Alcorão*”.

Com efeito, Michaele (1968, p. 65) afirma que

[...] o Haussá tem a seu favor maior coeficiente de termos abstratos, que se aproximam dos existentes nas línguas européias, justamente por ter sofrido a influência do árabe, como vamos ver, através de rápido exame do seu vocabulário [...].

A seguir, a autora lista vários arabismos hauçás, dentre os quais: *lafiya*, ‘paz, saúde’; *shidda*, ‘seis’; *shiru*, ‘silêncio’; *malan*, ‘letrado’; *liman*, ‘capelão’; *kullun*, ‘sempre’; *zafi* (dafi), ‘calor’; *lalle*, ‘é preciso, necessidade’; *littafi*, ‘livro’; *ka-bari* ‘túmulo’; *karanta*, ‘ler’; *labari*, ‘notícia’; *masallachi*, ‘mesquita’; *duniya*, ‘universo’; *yau*, ‘hoje’; *sama*, ‘céu’; *shriya* (*chariaa*), ‘justiça’; *nam*, ‘sim’; *tara*, ‘nove’; *sifiri*, ‘zero’; *aljifu* ‘bolso, algibeira’; *sukar*, ‘açúcar’, *subdu* ou *assabat*, ‘sábado’, etc. (MICHAELE, 1968, p. 65).

Aponta, então, influências recíprocas entre o hauçá e o iorubá, citando Jacques Raymundo, que, na obra *O Negro Brasileiro*, informa: “(...) muitas expressões tipicamente iorubanas podem ser encontradas no vocabulário haussá” (RAYMUNDO *apud* MICHAELE, p. 1968, p. 66).

E ainda:

Os termos iorubanos, ocorrentes na nomenclatura ritual dos negros muçulmanos, afigura-se que não são indício preponderante para se pensar logo num amalgamismo religioso

jeje-iorubano-muçulmi. O concurso de t ermos iorubanos   natural, dado o n umero de adeptos do norte da Ior bia; mas os hauss s, a-par com fulanis, nup s e adamau s, interv m com outros t ermos, quási todos de origem arábica: *a uba*, *a umi*, *adi a* (*li a*), *alicali*, *alijenu(m)*, *amur *, *ladane*, *lemano* (*limano*), *ma alaci*, *mangariba*, *muçulmi*, *sac *, *sai * (*sala*), *sar *, *tir *, etc. Os iorubanos não são em maior n umero: *abad *, *aluf *, *axivaju* (*assivaju*), *cola* (*kola*), *fil * (*fulô*), *id * (*idana*), *mal *, *ot * (*até*), *sagabano*, *te ub * (*tecebá*), etc. (RAYMUNDO *apud* MICHAELE, p. 1968, p. 66-67, grifo do autor).

Michaele aponta outras formas de origem  rabe, pertencentes ao vocabulário geral iorubá, a saber: *atabaque*, *cusc s*, talvez as negações *ma* e *lai*, *baba*, *imal *, *alafim* (*alafi*), etc. (MICHAELE, p. 1968, p. 78-79), além de arabismos da língua canuri coletados por Nina Rodrigues: *al *, ‘céu’; *aradu*, ‘trovão’; *kanum*, ‘fogo, luz’; *tinu*, ‘dente’; *sumo*, ‘orelha’; *kandi *, ‘fumaça’; *alab tara*, ‘burro’; *kanin*, ‘cabra’; *ferr-o*, ‘cavalo’; talvez ainda *ab ni* (*aba-ni*), ‘pai’ e *soba* (* oba*), ‘amigo’ (MICHAELE, p. 1968, p. 109).

Por fim, Michaele aborda a língua tapa, que caracteriza como mais “modesto e pobre” que os idiomas hau a e iorubá (MICHAELE, p. 1968, p. 124), afirmando que “[...] o seu papel, na Bahia, se limitou também às relações domésticas e coisas do culto muçulmano [...]” (MICHAELE, p. 1968, p. 124-125). Ilustra o influxo  rabe em seu léxico mediante análise de 03 vocábulos: *mu-an*, ‘ gua’; *n urr*, ‘fumaça’ e *maluf *, ‘chapéu’.

Alguns desses arabismos africanos seriam integrados ao sistema lexical do português brasileiro e efetivamente dicionarizados pela Lexicografia brasileira, no mais das vezes, entretanto, identificados como africanismos, quando, em verdade, exercem as línguas africanas o papel de línguas-ponte na sua transmissão.

A pertenc a do maior n umero de línguas africanas introduzidas no Brasil   mesma família níger-congolesa e a constatação de que se trata, portanto, de línguas aparentadas, além do fato de os africanos serem geralmente poliglotas, em virtude do comércio e dos casamentos exogâmicos realizados na África, suscitam hoje d vidas quanto   eficácia da estratégia adotada pelos senhores de escravos de misturar falantes de etnias distintas, de modo a dificultar a intercomunicabilidade e a evitar a resistência organizada contra o regime escravagista (PESSOA DE CASTRO, 2009, p. 180-181).

Bonvini (2009, p. 31-32) lembra que completar a carga humana dos navios negreiros poderia demandar meses, ficando os cativos muitas

vezes depositados em navio ancorado, para evitar ataques à carga, o que facultava a adoção de línguas veiculares.

No dizer de Bonvini (2009, p. 32):

Essa situação caracteriza-se por uma concentração forçada e prolongada de falantes de línguas africanas diferentes, mas tipologicamente próximas, o que pôde conduzir, no caso de Angola, à adoção do quimbundo como língua veicular, falada em Luanda e ao longo do rio Cuanza até a sua foz; no mesmo período, deu-se um contato igualmente forçado e prolongado com a língua portuguesa, falada no interior primeiramente pelos pombeiros (recrutadores de cativos) e, em seguida, na costa africana pelos negreiros brasileiros, que eram às vezes seus futuros senhores. Não se pode esquecer, ademais, o período da viagem marítima, que se passava nos porões dos navios e que durava aproximadamente trinta e cinco dias de Luanda a Recife, quarenta, até Salvador e dois meses, até o Rio de Janeiro.

De acordo com Pessoa de Castro (2009, p. 181-182), a interação linguística no Brasil, o prestígio da língua oficial e, na segunda metade do século XVIII, o predomínio de mestiços no país, com o conseqüente distanciamento afetivo das origens africanas, concorrerão para a substituição das línguas da África pelo português, embora eventualmente se refugiando nas línguas de especialidade (terminologias).

Ainda segundo Pessoa de Castro (2009, p. 182):

Diante dessas circunstâncias, as línguas negro-africanas no Brasil, como uma forma de resistência e continuidade na opressão, ficaram resguardadas por sistemas lexicais que se encontram na linguagem religiosa afro-brasileira e, dispendo de um vocabulário menor, em falares especiais de base banto de comunidades negras rurais que se convencionou chamar de quilombolas (...).

Ferretti (1988, p. 72) cita o uso de línguas africanas na Bahia oitocentista, documentado em queixas de comerciantes descontentes ao governador: “Reclamavam que os batuques fossem autorizados aos domingos e que as reuniões dos negros continuassem pela noite em conversas em suas línguas”.

Informa ainda Ferretti (1988, p. 76) que os irmãos nagôs Belchior e Gaspar da Silva Cunha, ambos emancipados, pedreiro aquele, alfaiate este, “alugavam quartos a outros nagôs e em sua casa só se falava em língua nagô”.

A difusão de línguas do grupo banto por ampla área do país justifica o maior influxo sobre a língua portuguesa que se lhe credita, face à contribuição das línguas da África Ocidental aqui introduzidas, e cujos

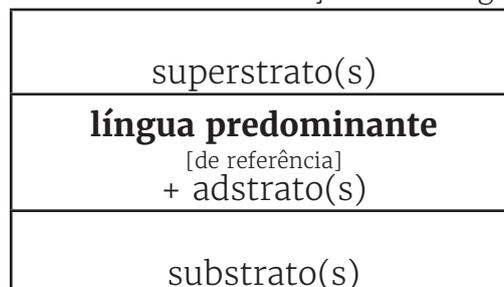
falantes, menos numerosos, estiveram circunscritos a algumas áreas, como a Bahia oitocentista. Assim, é ao influxo banto que a literatura especializada volta a sua atenção e no qual encontra justificativas para a constituição de uma gramática popular do português brasileiro.

A visão clássica da contribuição linguística africana ao português do Brasil

Entre as línguas em contato se estabelece uma relação diacrônica, cujos vestígios diassistêmicos são comparáveis àqueles materiais, localizados em escavações arqueológicas, depreendidos em corte vertical do terreno em que estão fixados (na “parede” da cavidade nele criada).

Tomando uma língua qualquer como referência, predominante em determinado local, aquelas que a antecedem, e que por esta são preteridas, nela exercem influxo de *substrato* (< lat. *sub* ‘sob, embaixo de, por baixo de; imediatamente antes de’ + lat. *strātum* ‘camada’), e, na “escavação”, ocuparão o “andar” inferior ao em que se encontra a língua de referência. Da mesma forma, contatos verificados após a fixação da língua predominante nesta exercem interferência ditas de *superstrato* (< lat. *super* ‘sobre, em cima de, por cima de’ + lat. *strātum* ‘camada’), naturalmente ocupando o “andar” superior ao em que se encontra a língua predominante. As línguas coexistentes são ditas *adstratos* (< lat. *ad* ‘em direção a, aproximação’ + lat. *strātum* ‘camada’), ocupando ambas o mesmo “andar” na representação da cronologia das relações interlinguísticas, sendo comuns as interinfluências. Frequentemente, substratos e superstratos em algum momento foram adstratos, situação da qual resultam os empréstimos diretos (CARRETER, 1962, p. 28, 383, 386; CÂMARA JR., 1976, p. 42, 227-228; MARTINET, 1976, p. 47-50).

Figura 01 – Cronologia dos contatos e das relações interlinguísticas.



Assim, no que respeita às línguas africanas no Brasil, elas constituíram adstratos do português brasileiro enquanto foram efetivamente aqui faladas. Entretanto, os seus vestígios na língua

portuguesa, a exemplo dos africanismos lexicais, são contribuições de superstrato. Já os empréstimos de línguas indígenas, nas áreas em que estas não são mais faladas, são contribuições de substrato. Onde tais línguas autóctones ainda são empregadas, são adstratos da língua portuguesa.

A sociolinguística aponta o contato de línguas como uma consequência natural do contato entre culturas, constituindo o fenômeno da interferência a introdução de elementos de uma língua em outra, quando ambas são usadas alternadamente por um falante bilíngue (WEINREICH, 1967, p. 01, 05).

De acordo com Sapir (1980, p. 154), a interferência mais simples é o empréstimo vocabular e o seu estudo permite conhecer a história da cultura das comunidades de fala, isto é, identificar o papel de diferentes povos no desenvolvimento e na difusão de ideias, a partir da análise do grau de infiltração do seu léxico em outras línguas.

Quanto maior for a diferença entre as línguas em contato, maiores são a dificuldade de aprendizagem da língua estrangeira e a área potencial de interferência entre os sistemas (WEINREICH, 1967, p. 01, 02).

Segundo Trask (2006, p. 65-66), o alcance da interferência é proporcional à duração e à intensidade do contato linguístico: 1. se abreviado ou menos intenso, restringe-se ao léxico; 2. se mais duradouro e/ou mais intenso, atinge a gramática e a pronúncia; 3. se muito longo e intenso, pode resultar no retorno ao monolinguismo, com o abandono de uma das línguas em favor da outra.

Entre os escritos afro-muçulmanos depositados no Arquivo Público da Bahia, há textos multilíngues, árabe/língua(s) africana(s), grafados com caracteres árabes magrebinos, colhidos quando da grande revolta escrava, dita “malê”, ocorrida na capital baiana em 1835. Trata-se de textos corânicos, de orações islâmicas não-corânicas e de textos diversos, como amuletos e exercícios de escrita árabe (REIS, 2003, p. 200; REICHERT, 1966, 1967, 1968; DOBRONRAVIN, 2004, p. 306, 309, 313).

Considerando-se a introdução, no Brasil, de diferentes línguas africanas, o quadro multilinguístico da região se torna ainda mais complexo, uma vez que os seus falantes, na interação com outros africanos, com indígenas, com portugueses e com descendentes de todos os grupos envolvidos, ou mantiveram a língua materna africana ou se valeram de uma língua geral de base indígena ou de uma língua geral

de base africana ou, ainda, passaram a se comunicar em um português, “aprendido *de ouvido*” como segunda língua, com a finalidade específica de realizar a atividade econômica em que se viram inseridos (agricultura, mineração, serviço urbano).

As obras de Pedro Dias e de Antônio da Costa Peixoto, bem como a coleta de dados realizada por Nina Rodrigues, nos séculos XVII, XVIII e XIX, respectivamente, testemunham esta situação de diglossia (bilinguismo social) verificada entre os africanos, o que aponta para uma relação de adstrato (coexistência) entre suas línguas e o português.

De um contato linguístico duradouro e intenso é de se esperar que a interferência das línguas africanas no português brasileiro extrapolasse o léxico, fazendo-se sentir também na morfossintaxe e na fonologia. Não é, entretanto, o que dizem os historiadores da língua portuguesa cuja produção veio a lume no período que se estende de cerca de 1950 a cerca de 1980, conforme ilustram os “depoimentos” a seguir.

Silva Neto (1988, p. 593), na seção 3 do capítulo intitulado *A Língua Portuguesa no Brasil*, publicado na obra *História da Língua Portuguesa*, cuja primeira edição é de 1957, informa no *caput* da referida seção que nesta tratará, dentre outros temas, dos “*exageros quanto a influências extra-portuguesas*” e “*medida exata do papel dos aloglotas*”, antecipando o seu posicionamento acerca destes.

À mesma página, Silva Neto (1988, p. 593) credita uma supervalorização do influxo das línguas indígenas e africanas ao português americano ao desejo de distingui-lo das demais variedades da língua portuguesa e ao desconhecimento de teorias e métodos da pesquisa linguística pelos estudiosos da língua.

Tem-se sempre exagerado a influência indígena e africana no Português do Brasil. Razões psicológicas explicam-no parcialmente: ou o desejo de exaltar a riqueza do nosso vocabulário, ou a vontade veemente de demonstrar a diferença extrema que resultaria no reconhecimento duma língua brasileira. (SILVA NETO, 1988, p. 593)

E ainda,

Acrescente-se a isto a falta de preparo linguístico revelado por muitos autores e ter-se-á a explicação de muitas informações incompatíveis com os fatos. Nina Rodrigues, por exemplo, limita-se a dizer que encontrou nas construções sintáticas africanas a explicação de numerosos desvios populares brasileiros. João Ribeiro em 1906 – quando estes estudos estavam na pré-história – afirmava, quase sem apresentar prova de tão grave afirmação, que as alterações devidas à influência das línguas africanas vão até ao sistema gramatical da língua! (SILVA NETO, 1988, p. 593)

Contrariamente ao que afirmamos na seção anterior, acerca da continuidade do uso de línguas africanas no Brasil e do desenvolvimento, aqui, de línguas de intercurso de base africana, Silva Neto (1988, p. 603-604) informa apenas que a maioria dos africanos chegava ao Brasil falando um português não-padrão, “simplificado” e “deturpado”.

Os negros trazidos para o Brasil já vieram, na sua grande maioria, falando Português, o seu Português simplificado e deturpado: eram os negros ladinos; os que não falavam esse Português, os negros boçais, aprendiam-no com os ladinos. (...) Tal linguagem era de uso geral nas costas de África durante os séculos XVI, XVII e XVIII (...). (SILVA NETO 1988, p. 603-604)

Em obra anterior, *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, publicada pela primeira vez em 1950, Silva Neto (1986, p. 91) já creditava a defesa do que ele chamava de “teses indiófílas e negrófilas” à falta de “indispensável base da cultura linguística e românica”, demonstrando incontrolável preconceito étnico e desconhecimento da realidade linguística da colônia, ao fazer observações como “(...) o prestígio do sangue branco pairou sempre acima de tudo” e, citando Calógeras, “O mameluco tomaria o partido do pai branco, contra a parentela da mãe autóctone” (SILVA NETO, 1986, p. 95).

No que respeita à influência africana na constituição do português brasileiro, informa Silva Neto (1986, p. 96-97) que “No português brasileiro não há, positivamente, influência de línguas africanas ou ameríndias. O que há é cicatrizes da tosca aprendizagem que da língua portuguesa, por causa de sua mísera condição social, fizeram os negros e os índios”.

Em sucessivas notas de rodapé, Silva Neto (1986, p. 96) chama de “fantasia chocante” a interferência do quimbundo na fonética e na morfologia do português do Brasil observada por Renato Mendonça e a interferência mútua verificada entre o português e o iorubá nestes mesmos planos da língua.

Câmara Jr. (1976, p. 30-31), na *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, foi menos radical em suas colocações, embora tampouco pormenorize a realidade multilinguística colonial e a necessária interferência das línguas em contato. Diz, por exemplo, que:

(...) as discrepâncias de língua padrão entre Brasil e Portugal não devem ser explicadas por um suposto substrato tupi ou por uma suposta influência africana, como se tem feito às vezes. Resultam essencialmente de se achar a língua em dois territórios nacionais distintos e separados. (CÂMARA JR., 1976, p. 30-31)

Reconhece a aquisição de empréstimos tupis e africanos, ao afirmar que:

Em referência ao léxico, (...) há para contar no Brasil com um apreciável acervo de termos tupi e africanos, com que a língua comum se enriqueceu na época do bilinguismo português-tupi e do português crioulo dos escravos negros (CÂMARA JR., 1976, p. 30-31).

Apesar de reconhecer essas influências, “Nele podem ter atuado substratos indígenas, não necessariamente, tupi, e os falares africanos, na estrutura fonológica e gramatical”, reiteradamente credita a dialeção do português brasileiro às superlativas dimensões geográficas do país e às “modalidade de uma exploração intermitente e caprichosa” (CÂMARA JR., 1976, p. 31).

Mais recentemente, Teyssier (2001, p. 110), em sua *História da Língua Portuguesa* (a primeira edição francesa é de 1980; a primeira edição brasileira, de 1997), aborda rapidamente a questão dos empréstimos lexicais, apontando o iorubá e o quimbundo como de particular importância no enriquecimento lexical do português brasileiro, aquele em campos semânticos específicos, como o campo religioso e o campo da culinária, este integrando campos distintos da língua comum.

Mais adiante, Teyssier (2001, p. 115-116) comenta abreviadamente as discussões acerca das particularidades do português brasileiro resultarem de influxo de substrato indígena ou de superstrato africano. Reconhece-o, mas aponta o aloglota como acelerador dos processos de mudança linguística relacionados à “deriva” da língua, isto é, favorecendo as suas tendências naturais, em posicionamento teórico que faz convergir duas visões da linguística acerca do tema: a de que se verificou no Brasil um processo de crioulição da língua portuguesa e a de que traços tomados por empréstimos africanos seriam, antes, tendências do português, visão corroborada pelo fato de ocorrerem em variedades diatópicas do português europeu.

Durante longo tempo muitas das particularidades do português do Brasil foram explicadas como o resultado de influências ameríndias ou africanas. Do lado ameríndio, a fonte era essencialmente o tupi. (...) Depois do tupi, foi a vez das línguas africanas. Como se os autênticos africanismos do vocabulário brasileiro não bastassem, passou-se a sentir a presença africana em toda a parte, particularmente na fonética. Em verdade, não é impossível que os escravos africanos tenham contribuído para dar ao português americano uma certa languidez crioula. Mas aqui trata-se de coisa muito diversa de substrato. As dificuldades que os aloglotas têm de articular uma nova língua fazem precipitar certas transformações provocadas pela deriva dessa língua. (TEYSSIER, 2001, p. 115)

Transcorridos mais de 30 anos desde a publicação da obra de Teyssier, com a retomada dos estudos historicistas pela Linguística Brasileira a partir da década de 1980 e com a pesquisa sistemática sobre o português brasileiro iniciada 10 anos mais tarde, a visão que se tem da interferência de línguas africanas no português do Brasil é oposta à até então transmitida, sobretudo pelos autores de meados do século XX.

A visão atual da contribuição linguística africana no português do Brasil

A percepção de que a contribuição das línguas africanas ao português brasileiro se restringiu ao vocabulário foi revista por diferentes autores, que se lançaram ao seu aporte em todos os planos da língua (fonético-fonológico, morfossintático e léxico-semântico), bem como à discussão acerca da criouliização ou não do português não-padrão, de cujos trabalhos reportamos, agora, algumas considerações.

Desde os anos 90, Lucchesi (2000, p. 100) aponta a bipolaridade do português brasileiro, a qual se configura desde a época colonial. De um lado, os estratos sócio-econômicos alto e médio da sociedade brasileira apresentam comportamento linguístico conservador, pautado nos padrões linguísticos e culturais da Metrópole; ao passo que os estratos populares apresentam usos marcados pela interferência das línguas indígenas e africanas.

Nos últimos anos, entretanto, com a ascensão social de falantes de variedades não-padrão, verificou-se a maior aceitação destas; simultaneamente, o acesso mais amplo ao sistema formal de ensino, somado ao amplo alcance da mídia, sobretudo da televisão, promoveu uma aproximação de variedades não-padrão ao padrão (LUCCHESI, 2000, p. 125).

Mais recentemente, Lucchesi (2009, p. 57) informa que os estudiosos do contato de línguas no Brasil são unânimes quanto ao maior impacto que as línguas africanas exerceram em nosso idioma comparado àquele das línguas indígenas.

Aponta serem mais facilmente perceptíveis estes fenômenos de interferência na língua portuguesa de comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, lembrando a importância da pesquisa sobre a constituição do seu falar, com vistas à sua legitimação, uma vez que resulta do caráter pluriétnico dos seus falantes (LUCCHESI, 2009, p. 31). Não se trata, portanto, de “português errado”, “deturpado” ou

“simplificado”, como pensam aqueles sem noções de linguística e da história linguística brasileira.

Petter (2009, p. 159) sistematiza traços fonéticos e morfossintáticos compartilhados por diferentes variedades diatópicas da língua portuguesa, africanas (de Angola e de Moçambique) e brasileiras, considerando o influxo de línguas da família banta, como substrato na África e superstrato no Brasil. Reproduz exemplos verificados no português africano, mas que todos identificamos como próprios do português brasileiro, alguns dos quais verificados mesmo na fala de pessoas escolarizadas.

No que respeita à fonética e à fonologia do português brasileiro, creditam-se às línguas africanas (PETTER, 2009, p. 161-164): a) a preservação da estrutura silábica aberta (CV) ; b) o desfazimento de encontros consonantais mediante epêntese (*peneu, pissiquiatria*); c) a iotização da líquida palatal [ɲ] (*muié, trabaiá*), com eventual realização como lateral [l] (*vou le agradecer*); d) a metátese (*preguntar, drumir*); e) a assimilação (*bibida, minino*); f) a monotongação (*dinhero, maneira*); g) a aférese (*tá, inda, banar, bandonar*); h) a síncope (*tamém, memo*); i) a apócope (*chamá*); j) a prótese (*afamoso*).

Acrescentam-se algumas características morfossintáticas (PETTER, 2009, p. 167-169): a) a ausência de artigo (*Minha mãe que me trouxe*); b) a ausência do -s, marca de plural ou de P3 verbal (*as casa, tu fica*); c) o uso de *em* em lugar de *a* com o verbo *ir* (*Vamos no comício*); d) o uso do pronome reto em lugar do acusativo (*Esperamos ela aqui*); e) a omissão do objeto direto (*Senhor Filinto, mandamos chamar para...*); f) o uso do pronome *lhe* como acusativo (*Se eu lhe encontrar...*); g) a ausência da marca de concordância (*Essas duas mulher; vigia as criança; As folha é verde; Os meu filho*); h) a divergência de gênero (*os palavra; minhas irmãos*). Dante Lucchesi (1999, p. 117) informa a ocorrência deste último fenômeno na comunidade de Helvécia (BA): *Esses bebida assim manso; no tempo do firma do Cunha*.

Ainda cabem novas investigações acerca da herança lexical de línguas africanas no português do Brasil. Com vistas a compreendermos a presença africana no cotidiano brasileiro, estudamos a etimologia da culinária afro-baiana (MARANHÃO, 2013). Na oportunidade, colhemos termos culinários típicos da mesa baiana no texto *Os Alimentos Puramente Africanos*, extraído da obra *A Arte Culinária na Bahia* de Manuel Querino e compilado na *Antologia do Negro Brasileiro* (CARNEIRO, 2005, p. 467-472). Consideraram-se, então, termos designativos de pratos,

ingredientes e temperos; formas sinônimas (a exemplo de *feijão-de-cheiro* e *humulucu*) e variantes fonéticas (como *aluá* e *aruá*).

A análise dos dados apontou que, dos 36 itens lexicais levantados, 28 ou 77,8% do total são de origem africana (*abará, aberém, acaçá, acarajé, ado, aluá, aruá, ataró, bejerecum, bobó de inhame, caruru, dengue, ebó, ecuru, efó, efun-oguedê, egussi, éran-patere, humulucu, ierê, ipete, iru, latipá, oguedê, olubó, ori, pejerecum* e *xinxim*); 03 ou 8,3% são híbridos português-língua africana (*arroz-de-hauçá, azeite de dendê* e *bolas de inhame*); outros quatro itens ou 11,1% são formas portuguesas (*azeite de cheiro, feijão de azeite, massa e pimenta da costa*) e apenas um vocábulo ou 2,8% do total (*amori*) tem origem incerta.

Dentre os 28 africanismos, 24 itens ou 85,7% do total são originados em língua da família kwa ou no hauçá (*abará, aberém, acaçá, acarajé, ado, ataró, bejerecum, bobó de inhame, ebó, ecuru, efó, efun-oguedê, egussi, éran-patere, humulucu, ierê, ipete, iru, latipá, oguedê, olubó, ori, pejerecum, xinxim*); um termo ou 3,6% do total resulta da evolução de étimo banto (*caruru*) e três formas ou 10,7% delas têm origem simultaneamente creditada a língua(s) banto(s), kwa(s) ou ao hauçá (*aluá, aruá, dengué*).

Dentre as línguas kwa, citam-se o iorubá 21 vezes (*acarajé, ataró, bejerecum, bobó, dengué, ebó, ecuru, efó, efun-oguedê, egussi, éran-patere, homulucu, ierê, ipete, iru, latipá, oguedê, olubó, ori, pejerecum, xinxim*) e o fon 10 vezes (*abará, aberém, acaçá, acarajé, bejerecum, bobó, egussi, humulucu, olubó, pejerecum*). *Ado* traz simplesmente origem kwa, sem identificação de étimo.

No hauçá, outra língua oeste-africana, pertencente, entretanto, à família afro-asiática, na classificação de Greenberg (*apud* Pessoa de Castro, 2005, p. 27), originam-se duas variantes de um mesmo item lexical (*aluá ~ aruá*).

Dentre as línguas do grupo banto, citam-se o quicongo e o quimbundo quatro vezes (*aluá ~ aruá, caruru* e *dengué*), a par do umbundo, duas vezes (*aluá ~ aruá*).

A forte presença sudanesa em Salvador no século XIX ratifica a origem oeste-africana da terminologia da culinária africana na Bahia. O registro da importação lexical no século seguinte pode indicar perpetuidade da referida cozinha na região, ao apontar a continuidade da sua prática.

Com o mesmo objetivo de identificar pontualmente onde se verifica a contribuição africana na cultura brasileira, através do seu

registro linguístico, investigamos a participação de afro-muçulmanos na constituição de religiões afro-brasileiras, mediante a análise da terminologia destas, especificamente o seu registro no *Dicionário de Cultos Afro-Brasileiros: com a indicação da origem das palavras* (CACCIATORE, 1988), doravante DICAB (MARANHÃO, 2015). Neste, coletamos termos afro-muçulmanos cuja acepção estivesse relacionada ao universo *malê*, ou da umbanda de influxo muçulmano, independente da língua em que o termo se originou; constituísse este uma forma simples, composta ou derivada, desde que relacionada a práticas afro-muçulmanas no Brasil ou destas indicativa e cuja origem africana ou árabe fosse corroborada por produtos lexicográficos especializados em africanismos (PESSOA DE CASTRO, 2005; LOPES, 2004) ou em arabismos (VARGENS, 2007; CORRIENTE, 2003).

Um aspecto relevante a ser considerado é a origem dos termos afro-muçulmanos levantados. A maior parte deles, 17 itens ou 68% do total, é de origem árabe (*açubá, açumi, adixá, alafiá, alicali, alijenum, ali mangariba, Allá, alufá, alufã, baraka, bi-si-mi-lai, lemane/limano, malê, muçulmi/muçurubi/muçurumim, sala e tecebá/tessubá*); três itens lexicais, 12% dos termos levantados, constituem formas híbridas, português-árabe (*grande alufá*) ou iorubá-árabe (*oxalufã e xangô alufã*); três termos, 12% dos dicionarizados no DICAB, são de origem africana (*kissium, sará e suma*) e outros dois, ou 8% do total, têm origem incerta (*amurê e tira*).

Os termos ora analisados distribuem-se pelos seguintes microcampos semânticos: 1. Divindades e demais entidades espirituais, com cinco termos ou 20% do total de itens levantados (*Alijenum, Allá, alufã, axalufã, Xangô alufã*); 2. Ministros de culto, com quatro vocábulos ou 16% do total (*Alicali, alufá, grande alufá, lemane/limano*); 3. Fieis, com dois itens ou 8% do total (*Malê, muçulmi/muçurubi/muçurumim*); 4. Orações, designadas por cinco termos distintos e perfazendo 20% do total de itens levantados (*Açubá, adixá, ali mangariba, kissium, sala*); 5. Ritos e preceitos, com quatro itens, 16% do total (*Açumi, amurê, sará, suma*); 6. Objetos litúrgicos, também com dois termos, 16% do total (*tecebá/tessubá, tira*); 7. Expressões, com dois itens ou 16% do total (*alafiá, bi-si-mi-lai*) e, enfim, no campo 8. Outros, apenas um termo (*baraka*), perfazendo 4% do total.

Passar as vistas pelas páginas de um dicionário de africanismos do português brasileiro pode surpreender o leitor. Muitas palavras e expressões idiomáticas de uso cotidiano têm étimo africano (nos exemplos a seguir, corroborado em Pessoa de Castro, 2005): a) *Ir para*

o **beleleu** (banto) ‘morrer, sumir; fracassar, frustrar-se’; b) *Ele é o bambambã* (banto) ‘autoridade em qualquer assunto; exímio, mestre’; c) *Ele é um bunda-mole* (híbrido banto-português) ‘pessoa moleirona, sem coragem’; d) *Morar num cafofo* (banto) ‘quarto, lugar em que se guardam coisas velhas e usadas’; e) *Estar de calundu* (banto) ‘estar de mau humor; zangado’; f) *Ela é uma velha coroca* (banto) ‘velha, caduca, decrépita, adoentada pela idade avançada’; g) *Nana, nenê, que a cuca vem pegar* (banto) ‘bicho papão do universo dos contos e acalantos brasileiros’; h) *Mandar para as cucuias* (banto) ‘morrer, acabar, desaparecer; sofrimento; frustração’; i) **Banguela** (banto) ‘desdentado ou que tem a arcada dentária falha na frente’; j) **Dengo** (banto) ‘birra de criança; melindre feminino’; k) **Muamba** (banto) ‘contrabando, fraude, roubo’; l) **Muleque** (banto) ‘menino, garoto, rapaz; menino negro’; m) **Ximbica** ou **Mumbica** (banto) ‘pessoa de pequeno porte, raquítico, magro’; n) **Zanga** (banto) ‘irritação, briga’; o) **Zonzo** (banto) ‘atordoado, tonto, distraído’; p) **Zumbi** (banto) ‘alma errante, fantasma que vagueia em casa altas horas da noite; pessoa de hábitos noturnos’.

Faz-se necessária, ainda, a revisão da dicionarização dos arabismos e de africanismos designativos do culto islâmico praticado por oeste-africanos no Brasil. Realizamos pesquisa de iniciação científica acerca do registro destes termos em dois dicionários etimológicos frequentemente consultados no Brasil, o *Dicionário Etimológico Resumido* (NASCENTES, 1966) e o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (Cunha, 2010, cuja primeira edição é de 1982), aqui identificados pelas siglas DER e DELP, respectivamente. Constatou-se parco registro dos arabismos da referida imigração, que inauguram a via brasileira de introdução dos arabismos na língua portuguesa (SOUSA; MARANHÃO, 2015). Observem-se os dados dicionarizados:

Arabismos afro-muçulmanos do PB no DER

Alfa – (sacerdote do Senegal). Certamente de origem africana. Segundo o *Léxico Português de Origem Árabe* (VARGENS, 2007), daqui para frente identificado como LPOA, trata-se de arabismo originado no étimo *al-halfa(t)*.

Alicali – De origem africana. O *Dicionário Eletrônico Aurélio* (FERREIRA, 1999), o *Dicionário Eletrônico Houaiss* (HOUAISS, VILLAR, 2001) e o *Dicionário Eletrônico Michaëlis* (MICHAËLIS,

1998), respectivamente DEA, DEH e DEM, apresentam-no como designativo de guia espiritual dos antigos malês, no Rio de Janeiro. De acordo com o LPOA, vem do árabe *al-qail* ‘orador’ e foi introduzido por afro-muçulmanos no PB.

Alufá – De origem africana, talvez de procedência árabe. Está dicionarizado no DEA, DEH e no DEM como ‘sacerdote malê’. Conforme o LPOA, é arabismos cujo étimo é *al-awf(a)*, ‘o fiel, o mais fiel’, baseado em *wafii* ‘fiel, leal’ e introduzido no PB pelos malês.

Machacali – Do malê. O termo está dicionarizado no DEA, DEH e DEM como ‘casa onde se rezam os malês’. O DEA e o DEH apresentam origem no hauçá *masallaci* ‘mesquita’, entretanto, *sub verbum maçalassi*, de mesmo sentido, e do qual *machacali* parece ser variante fonética, o LPOA informa origem no árabe *musall(a)*, ‘oratório’.

Malê – De origem africana, da bacia do Níger. Documentado no DEA, DEH, DEM como designativo de ‘escravo islamizado oriundo do oeste-africano’, o DEA informa origem no iorubá *imalê* ‘muçulmano’; o DEH, intermediado pelo iorubá *imale* ‘muçulmano’, mas de origem no hauçá *málami* ‘professor, senhor’. No LPOA, encontramos o étimo *mu^callam* ‘sábio’, difundido, no Brasil, pelos malês. A evolução semântica verificada na África Ocidental foi explicada por Rolf Reichert (1967, p. 15) em fins da década de 60, quando apontou a difusão do islamismo na região por professores muçulmanos.

Arabismos africanos no DER

Almadia – do ár. Africano *al-m’adia* ‘balsa, barca para passagem’. Conforme o LPOA, tem origem no árabe *al-madia(t)* ‘embarcação pequena, canoa’.

Babá – (pai de santo). Do iorubá *babá*, ‘pai’. A forma babá e a variante baba são creditadas ao árabe *baba* ‘papai’, de aba ‘pai’, segundo Michaele (1968) e Lopes (2004).

Babalô – do ioruba *babanlá*, ‘avô, patriarca’. A própria acepção reportada pelo DER correlaciona o termo ao étimo árabe. De acordo como DEA e o DEH, *babalô* é forma variante de *babalaô*. Trata-se de forma híbrida {árabe + iorubá}.

Bezoar – do persa *padzahr* ‘antídoto’, pelo árabe *badzahr*, no árabe africano *bezuwâr*.

Arabismos afro-muçulmanos do PB no DELP

Alfa – s.m. ‘sacerdote senegalês’ 1871. De origem africana, mas de étimo indeterminado. Aqui, Antônio Geraldo da Cunha parece reproduzir a hipótese etimológica de Antenor Nascentes. De acordo com o LPOA, tem origem no étimo árabe *al-halfa(t)*. Esta forma encontra-se registrada no DEA e no DEH, figurando no DEM a variante fonética *alfá*.

Alufá – s.m. ‘sacerdote do culto dos negros malês’ XX. Do iorubá *alu’fa*. O DEA e o DEH informam a possibilidade de este vocábulo ser de origem árabe, no que são corroborados pelo LPOA, que traz a forma árabe *al-awf(a)* como étimo.

Malê – adj. e s. 2g. ‘diz-se de, ou indivíduo dos malês, negros muçulmanos provenientes do Sudão’ XX. De origem africana, mas de étimo indeterminado. Já se disse, acima, acerca da inegável origem árabe do termo, assim como da sua evolução semântica no Oeste-Africano.

Arabismos africanos no DELP

Babá – s.m. ‘pai de santo’ XX. Do iorubá *ba’ba* ‘pai, chefe’.

Babalaô – s.m. XX. Do iorubá *babala’uo*. Considerando-se a já citada origem árabe de *baba*, trata-se este termo de uma forma híbrida {árabe + iorubá}.

Baba-iorixá – s.m. XX Do iorubá *babalo’sa*, também esta uma forma híbrida.

Africanismos 'malês' no DER e no DELP

Axujaju – De origem africana (DER); ‘diácono dos ritos malês muçulmanos’ XX. De origem africana, mas de étimo indeterminado (DELP). O DEA, o DEH e o DEM afirmam designar ‘diácono do rito malê, sem identificação do étimo, complementando o DEH ter sido o termo introduzido no Brasil pelos malês. Lopes (2004, p. 83) diz tratar-se de ‘mestre de cerimônias’, entre os antigos malês do Rio de Janeiro, constituindo, ainda, um dos títulos de Exu, o primeiro a ser cultuado em qualquer ritual. O termo resultaria da evolução do iorubá *siwaju* ‘preceder, vir na frente’.

Nara – certamente de origem malê. Registrado no DEA como de origem africana e no DEM sem indicação de origem, em ambos como ‘inferno dos malês’. Não documentado no DELP.

A análise dos dados nos permite observar que o DER registra maior número de formas relacionadas à prática muçulmana entre os escravos sudaneses, aqui no Brasil. Registram-se 40% a mais de formas (*alfa, alicali, alufá, machacali, malê*) do que o DELP (*alfa, alufá, malê*). Estes dados remetem apenas àqueles identificados como africanismos, ao passo que uma bibliografia de publicação mais recente já lhes reconhece a origem árabe.

Ainda assim, a dicionarização nas obras analisadas deixa de contemplar inúmeros termos, dado que o LPOA traz 25 itens (*Açubá(açuaba, açuba)*, *adixá(adiçá, lixa)*, *aiassari (aia-sari, ay-á-sári, ay-a-sary)*, *ailá (ai-lá, ali-alá, ali-lá, alicali(ali-calá, ali-cali, ali-cáli, alikali, alikaly, aligenum (ali-enu, eligeru), alimagariba (alimangari, aluma-gariba, magáriba, mangariba), aluá (aruá), alufá, amim (al-amin, al-min), assumi (açáummi, açúmi, assumy), azaca (az-zaca), barica da suba, bissimilai (bi-si-mi-lai), djema, fazer sala, jihad (jihád,, jihêd), lemano (limano, lemane, lamane, almámy, el-imámy, imã), maçalassi (massalassi, ma-ça-la-si), male, maneco lassalama, mussurumim (muçulmi, muçulmin, muçumirim, muçurumim, muslim, mussurumi) , sacá (saká, saró), salamaleco, tecebá (tessebá)).*

Dentre os arabismos africanos, o DER registra quatro formas (*almadia, babá, babalô e bezoar*, identificando corretamente a origem árabe de 50% delas, *almadia* e *bezoar*), enquanto o DELP traz três itens

lexicais (*babá*, *babalaô* e *baba-iorixá*), sem reconhecer, como também escapou ao DER, a origem árabe de *baba*, suas variantes fonéticas e formas compostas ou derivadas.

Evidencia-se, desta forma, a necessidade de se revisarem a dicionarização de africanismos e de arabismos pela Lexicografia brasileira, atualizando hipóteses etimológicas, observando o desenvolvimento de acepções em variedade diatópicas do português brasileiro ou em jargões de atividades profissionais distintas.

Contato de línguas no Brasil: um campo de estudo à espera de cultivadores

A análise dos dados permite retomar a questão norteadora deste estudo, sobre o papel do superstrato africano no português brasileiro, em diferentes momentos dos estudos linguísticos no Brasil, e a hipótese investigada, de que a percepção da interferência de línguas africanas na variedade americana da língua portuguesa aumenta quando esta última se torna foco das pesquisas linguísticas, despojadas de preconceitos sócio-culturais.

Concluiu-se que sim, há posicionamentos distintos, conforme avanço nas pesquisas sobre o português americano, ficando patente a maior percepção desta influência nos últimos 30 anos, com a coleta de dados em áreas do português popular brasileiro e a sua reinterpretação, à luz da teoria do contato intercomunitário, com os fenômenos de interferência estendendo-se à gramática, quando, em um primeiro momento, acreditava-se restringir-se ao léxico.

Evidenciou-se, entretanto, haver ainda o que investigar acerca das consequências linguísticas do contato entre línguas africanas e o português brasileiro, com desdobramentos não apenas para a história da língua portuguesa, mas para a própria cultura brasileira.

A título de exemplo, citem-se os termos afro-muçulmanos do campo religioso, que, sejam eles de origem africana ou árabe, constituem irrefutável prova linguística da presença de oeste-africanos islamizados no Brasil e do seu legado cultural à religiosidade brasileira de matriz africana. Cabe, entretanto, investigar a sua contribuição também em outros campos semânticos, como o da flora, da culinária e do vestuário, para melhor conhecer o seu alcance.

Referências

- BONVINI, E. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. (Orgs.). **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. 1. ed 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2009. p. 15-62.
- CACCIATORE, O. G. **Dicionário de cultos afro-brasileiros: com indicação da origem das palavras**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.
- CÂMARA JR., J. M. **História e estrutura da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.
- CÂMARA JR., J. M. **Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CARNEIRO, E. (org.). **Antologia do negro brasileiro: de Joaquim Nabuco a Jorge Amado, os textos mais significativos sobre a presença do negro em nosso país**. Rio de Janeiro, 2005.
- CARRETER, L. **Diccionario de términos filológicos**. 2. ed. aum. Madrid: Gredos, 1962.
- CORRIENTE, F. **Diccionario de arabismos y voces afines en iberorromance**. 2. ed. ampl. Madrid: Gredos, 2003.
- CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. rev. e atual. de acordo com a nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- DICMAXI Michaëlis**: moderno dicionário da língua portuguesa. Versão 1.1. Amigo do Mouse Software Ltda., set. 2000. 1 CD-ROM.
- DOBONRAVIN, N. Escritos multilíngües em caracteres árabes: novas fontes de Trinidad e Brasil no século XIX. Trad. por João José Reis. **Afro-Ásia**, n. 31, p. 297-326, 2004.
- FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. totalmente revista e ampliada. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Lexikon Informática Ltda./Sonopress, 1999. 1 CD-ROM.
- FERRETTI, S. F. Revoltas de escravos na Bahia em início do século XIX. **Caderno de Pesquisa**. São Luís, v. 4, n. 1, p. 65-86, jan./jun. 1988.
- FIORIN, J. L.; PETTER, M. (Orgs.). **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. 1. ed 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2009.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0.10. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006. 1 CD-ROM.
- LOPES, N. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A; RIBEIRO, I. (orgs.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- LUCCHESI, D. As duas grandes vertentes da história sócio-linguística

do Brasil (1500–2000). **D.E.L.T.A.**, v. 17, n. 1, São Paulo, 2000. [MARANHÃO, S. de M.](#) Índícios lexicais da presença malê na religiosidade afro-brasileira. In: Encontro Internacional África–Brasil (4), 2015, Teresina. Anais. Teresina: UESPI/Fundação UESPI, 2015.

[MARANHÃO, S. de M.](#) A etimologia dos termos da culinária afro-baiana: um retrato da herança africana na cultura brasileira. In: **Encontro Internacional Literatura, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana** (3), 2013, Teresina. Anais. Teresina: UESPI, 2013. p. 1–26.

MARTINET, A. **Conceitos fundamentais da linguística**. Lisboa/Brasil: Presença/Martins Fontes, 1976.

MICHAELE, F. A. S., **Arabismos entre os africanos na Bahia**. Curitiba: Requião, 1968.

NASCENTES, A. **Dicionário etimológico resumido**. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1966.

PESSOA DE CASTRO, Y. O português do Brasil, uma intromissão nessa história. In: GALVES, C.; GARMES, H.; RIBEIRO, F. R. (Orgs.). **África–Brasil: caminhos da língua portuguesa**. Campinas: EDUNICAMP, 2009. p. 175–183.

PESSOA DE CASTRO, Y. **Falares africanos na Bahia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

PETTER, M. M. T. O continuum afro-brasileiro do português. In: GALVES, C.; GARMES, H.; RIBEIRO, F. R. (Orgs.). **África–Brasil: caminhos da língua portuguesa**. Campinas: EDUNICAMP, 2009. p. 159–173.

REICHERT, R. **Os documentos árabes do arquivo do estado da Bahia**. 3ª série: amuletos, exercícios de escrita, etc. – editados, transcritos, traduzidos e comentados. Afro–Ásia, n. 06/07, p. 127–132, 1968.

REICHERT, R. **Os documentos árabes do arquivo público do estado da Bahia**. 2ª série: orações islâmicas (não–corânicas) – editados, transcritos, traduzidos e comentados. Afro–Ásia, n. 04/05, p. 107–112, 1967.

REICHERT, R. **Os documentos árabes do arquivo do estado da Bahia**. 1ª série: textos corânicos – editados, transcritos, traduzidos e comentados. Afro–Ásia, n. 02/03, p. 169–176, 1966.

REIS, J. J. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante malê de 1835**. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

SAPIR, E. **A linguagem: introdução ao estudo da fala**. Tradução e Anexo de J. Mattoso Câmara Jr. São Paulo: Perspectiva, 1980.

SILVA NETO, S da. **História da língua portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença/INL, 1988.

SILVA NETO, S. da. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

SOUSA, F. B. de; MARANHÃO, S de M. **Arabismos europeus no português**

brasileiro. Cadernos de Letras de UFF, Dossiê: Línguas e culturas em contato, n. 53, p. 61-81, 2016.

SOUSA, F. B. de; [MARANHÃO, S. de M.](#) Sobre arabismos africanos no Dicionário Etimológico de Antenor Nascentes (1966). **Letras Escreve**, v. 5, p. 171-182, 2015.

TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa.** Trad. por Celso Cunha. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística.** Tradução e adaptação de Rodolfo Ilari. Revisão técnica de Ingedore Koch e Thaís Cristóforo Silva. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

VARGENS, J. B. de M. **Léxico português de origem árabe:** subsídios para os estudos de filologia. Rio Bonito: Almadena, 2007.

WEINREICH, U. **Languages in contact.** 5. ed. The Hague: Mouton, 1967.

Recebido em: 24 de jul. de 2017.

Aceito em: 07 de nov. de 2017.